

RECOMPOSIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL EM TERRAS ESTANCIEIRAS: ESTILOS DE VIDA E CÁLCULOS ECONÔMICOS

*RECOMPOSITION OF THE SOCIAL SPACE IN RANCH
LAND: LIFESTYLES AND ECONOMIC CALCULATIONS.*

Marcos Botton Piccin¹

RESUMO: Este artigo analisa as alterações que ocorreram no espaço estancieiro do Rio Grande do Sul a partir da década de 1990, quando as políticas de abertura econômica ao mercado internacional derrubaram os preços dos gados pagos ao produtor. Desde então, os agentes dominantes veem suas posições ameaçadas, por um lado, devido ao relativo descenso econômico experimentado e, por outro lado, à ascensão de distintos agentes sociais. Abalam-se, então, a hierarquia, a honra e o reconhecimento social e reforçam-se as relações cujo sistema de troca se baseia na economia monetária. As alterações das posições no espaço social compreendem o descenso coletivo do *patronato estancieiro* e a ascensão dos *colonos* e trabalhadores nas estâncias, também chamados de *gauchinhos*. Mas, se as trajetórias exitosas socialmente como *senhores de terra* são colocadas em questão, também os são os cálculos de comportamento econômico desses grandes proprietários e das formas de pensar o espaço social. Nesta investigação, fez-se uso da observação direta para geração de dados etnográficos, de entrevistas e de pesquisa documental e genealógica.

Palavras-chave: Elites rurais; patronato rural; estancieiros; agronegócio; Rio Grande do Sul.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e da Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil, e-mail: marcospiccin@yahoo.com.br.

ABSTRACT: *The present paper analyzes the changes that take place in space rancher from Rio Grande do Sul from the 1990s, when policies of economic opening to the international market drop prices paid to cattle producers. Since then the dominant agents see their positions threatened, firstly, due to relative economic decline experienced and secondly by the rise of various social agents. Shakes up the hierarchy, honor and social recognition and reinforce relations whose exchange system is based on monetary economics. Changes position in the social space comprise the collective decline of patronage rancher and the rise of trajectories linked to so-called settlers and workers in offices, also called gauchinhos. But if successful careers as social landlords are placed in question, also are the calculations of economic behavior of these large landowners and ways of thinking and thinking in the social space. This research has made use of direct observation to generate ethnographic data, interviews and document and genealogical research.*

Keywords: *Rural elites; rural employers; ranchers; agribusiness; Rio Grande do Sul.*

1 INTRODUÇÃO

Os processos de abertura da economia ao mercado internacional a partir da década de 1990 puseram fim a uma estratégia econômica dos grandes proprietários de terra criadores de gado extensivo do extremo sul do país de controle dos preços dos gados ofertados no mercado. A queda do preço dos gados constitui um dos principais fatores de alteração das relações de poder entre os agentes nesse espaço social, em que tanto a estrutura quanto o volume dos capitais entre indivíduos e grupos foram redefinidos. Diante disso, este artigo analisa as mudanças na estrutura de poder que se constituem nesse espaço social desde então, em que às trajetórias decadentes desses grandes proprietários de terra somam-se trajetórias ascendentes de outros agentes sociais, especialmente de pequenos proprietários rurais originários das regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

Esse estado possui uma ocupação do território marcada

pelo estabelecimento de grandes propriedades fundiárias de criação de gado em suas áreas de campos, sobretudo na parte mais ao sul, cujos domínios privados se convencionou chamar de *estâncias* e de *estancieiros* seus senhores, e de colônias de imigrantes pequenos proprietários nas áreas de florestas, sobretudo ao norte, chamados de *colonos* (Kliemann, 1986; Costa, 1995; Picolotto, 2011). Durante todo o século XIX até a década de 1940, o charque constituiu a principal mercadoria que os *estancieiros* produziam como subsidiários aos produtores de café, no Sudeste, e de açúcar, no Nordeste do país, uma vez que alimentava as classes trabalhadoras nessas lavouras de exportação. Entretanto, as relações econômicas mantidas com as demais elites nacionais modificam-se a partir de 1930, quando a falência das *charqueadas*, estabelecimentos que beneficiavam a carne salgada, dão lugar a uma rede de cooperativas coordenadas pelos próprios estancieiros que industrializariam a carne frigorificada anos mais tarde. Assim, passaram a produzir para as classes médias e endinheiradas um produto de luxo e livraram-se das restrições impostas no âmbito do mercado por outras elites agrárias. Até o final da década de 1980, houve um longo período de altos preços pagos ao gado, estimulado pela crescente urbanização e pela demanda no mercado internacional (Viana, 2009).

Em comparação com as trajetórias de outras elites rurais no país, poder-se-ia dizer que, enquanto se aprofunda o declínio dos *senhores de engenho* “de uma forma sem precedentes até então” entre os anos de 1950 e 1980 (Garcia Jr., 1989, p. 72) e os cafeicultores perdem espaço político e sua importância econômica só diminui significativamente a partir dos anos de 1960 (Stolcke, 1986, p. 12), os *estancieiros* possuem uma trajetória econômica ascendente.

As pressões para a reconversão de trajetórias individuais dessas famílias de “aristocracia de base agrária” estancieira se dá de forma tardia, pressão essa que também parece ser referente ao processo e às formas de mobilização da mão de obra em seus domínios. É a partir da década de 1990 que o risco representado por ações judiciais faz a legislação trabalhista ser fator de intermediação entre patrões e empregados do mundo estancieiro, processo que já se

desencadeava no Nordeste e Sudeste do país desde a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (Stolcke, 1986; Garcia Jr., 1989)². Ocorre, portanto, uma reestruturação da capacidade de exercer o poder e a legitimidade – no sentido de Weber (1999). Agora, devem-se internalizar as regras do funcionamento do modo de dominação legal, pois, caso contrário, maior se torna o risco de estar em pé de igualdade com seus subordinados perante as esferas judiciais.

No entanto, não são somente as trajetórias exitosas socialmente como *senhores de terra* que são colocadas em questão: o mesmo ocorre com os cálculos de comportamento econômico desses grandes proprietários fundiários. A reconversão exigida pela nova conjuntura é também de recursos mentais sobre como organizar a vida econômica, além dos sentimentos de autoidentificação e localização social que são revistos. As práticas orientadas por um *habitus* ajustado a um antigo estado das condições objetivas aparecem como mal adaptadas ao novo equilíbrio de forças sociais, processo que Bourdieu (2008, p. 103) chamou de efeito Dom Quixote. A análise das dificuldades para a reconversão nesse período de “reclassificação para baixo” permite objetivar o comportamento econômico estancieiro e contribui para entender o conjunto da trajetória coletiva desse grupo social como um comportamento político, social e de imposição de imagem coletiva por meio do trabalho simbólico.

Os processos de abertura das economias locais à concorrência internacional, além de causar certa reestruturação do tecido produtivo, agem recompondo os patronatos regionais, o que torna indissociável um estudo sobre as mudanças e a diversidade desses proprietários de uma reflexão acerca de suas práticas, suas atividades e seu comportamento econômico. No caso francês, por exemplo, Zalio (2004) destacou a recomposição social do patronato da região de *Marseille* a partir de 1950, quando a abertura econômica foi acompanhada por uma transformação profunda na morfologia dos proprietários de indústrias locais. Assim, o conjunto dos modos de acesso e de renovação das posições econômicas localmente domi-

² Em relação à essa dissintonia entre a aplicação da legislação trabalhista na região estancieira do Rio Grande do Sul em comparação com outras regiões, bem como os motivos para tal, conferir Piccin (2012, p. 276-281).

nantes foi transformada, com crise das velhas linhagens patronais e ascensão de um patronato tecnocrático assalariado.

No caso brasileiro, o fim dos institutos de proteção aos produtos de exportação (como o café, o açúcar, a carne, entre outros) no início de 1990 e o aumento da concorrência internacional imprimiram maior pressão para a reconversão de linhagens patronais e a alteração da morfologia de certos espaços sociais. Essa questão tem tido pouco relevo na literatura que aborda os processos rurais, empenhada, sobretudo, na análise de setores subordinados do campo – uma das exceções que merece destaque é Garcia Jr. (1989, Capítulo VII). Mesmo a bibliografia que aborda os grandes proprietários de terra debruça-se principalmente sobre a representação patronal (Heinz, 1991, 1996) ou sobre a análise política nos períodos de maior tensionamento social devido às ameaças de reforma agrária (Bruno, 1997, 2002a, 2002b, 2003; Da Ros, 2006, 2009, 2012) ou, ainda, às trajetórias de grupos específicos (Ramos, 1995; Grijó, 1998). Mas pouco esforço analítico se tem feito para entender as lógicas e o comportamento econômico dos agentes aí dominantes e seus investimentos nos jogos sociais em que estão envolvidos.

Tendo isso em vista, esta análise se centra na mudança das relações de poder entre os principais agentes que constituem o espaço estancieiro e na inadaptação do sistema de práticas e disposições econômicas internalizadas como *habitus* por essa aristocracia de base agrária frente às alterações na economia. Busca-se, assim, objetivar a rede de relações de oposição e de concorrência que ligam os *estancieiros* ao conjunto dos outros agentes e participantes do espaço social e os poderes assimétricos que os caracterizam. Em outras palavras, quer-se entender as alterações na configuração do espaço social (Elias, 2011) ou do “universo complexo de relações objetivas de interdependência”, como argumenta Bourdieu (1989, p. 373).

Esta pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011, por meio de observação direta no município de São Gabriel, RS, para geração de dados etnográficos, na qual foram entrevistados 16 estancieiros e/ou casais de estancieiros com posses fundiárias acima de 1.000 hectares, além de outros agentes sociais, como descendentes de *colonos* e

trabalhadores das estâncias, também chamados de *gauchinhos*. Deve-se assinalar que os nomes dos entrevistados citados ao longo do texto não coincidem com seus nomes reais.

2 QUANDO A VACA NÃO PAGA MAIS A CONTA

A crise econômica enfrentada pela elite estancieira a partir de 1990 teve o efeito de redefinir os capitais de distintas posições no espaço social. A venda de ativos fundiários para novos agentes sociais, a aquisição de terras pela ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por empresas de papel e celulose e por descendentes de colonos ou o arrendamento das terras são manifestações de um mesmo princípio: a trajetória descendente e relativa dos estancieiros enquanto *senhores de terra*. Nada mais ilustrativo desse efeito de desqualificação estrutural de suas posições do que as reações coletivas desse setor social contra as iniciativas de reforma agrária pelos governos e/ou movimentos sociais. O bloqueio dos técnicos do INCRA em entrar nas estâncias para averiguar os índices de produtividade (Da Ros, 2009), a luta contra o Governo Olívio Dutra (PT) entre 1999/2002 (Da Ros, 2006; 2012), o impedimento de revisão dos índices de produtividade (Sório Junior, 2001), o enfrentamento direto com a Brigada Militar e as vigílias e marchas contra os sem-terra são manifestações que expressam mais do que simplesmente *medo* em ser *expropriados*.

Até então, no que se refere às estratégias produtivas dos grandes proprietários estancieiros, frente ao conjunto de possibilidades de utilização produtiva de suas posses fundiárias, o gado bovino de corte não somente era o mais lucrativo, como também era considerado o mais seguro. Para a formação da receita familiar, menos importante eram as lavouras. As lavouras, tanto de arroz quanto de soja, passaram a assumir uma importância maior quando o preço dos bovinos baixou, pois se buscou que a receita líquida fosse complementada com os arrendamentos para terceiros ou pelas plantações por conta própria ou, ainda, pela necessidade de incrementar as pastagens para o gado.

A declaração a seguir, de um casal de estancieiros ao pesquisador, ele agrônomo e ela professora e advogada, proprietários de 1.700 hectares, com um filho advogado e outro publicitário, ambos com empregos urbanos, retrata essa conjuntura de crise econômica e os impasses em termos das estratégias produtivas:

Mudou muito. Eu me lembro que até o final da década de 1970, por aí, só com a lã tu pagava o custeio de uma estância, só com a lã. O arroz valia dinheiro, valia, mas as lavouras eram poucas e pequenas, em comparação com hoje. Mas o gado sempre foi o mais importante... valia mais e sempre foi o mais seguro, sempre, de todas [as demais opções]: o arroz pode dar problema, pode dar enchente e perder, a soja, pode não chover... O gado é mais garantido. Acontece que hoje o gado não paga a conta quase, a vaca não paga mais a conta e aí tem que aumentar a agricultura (Paulo e Marcia).

Até meados da década de 1970, somente com a venda da lã dos ovinos os estancieiros conseguiam cobrir todos os custos monetários envolvidos nas atividades criatórias. Essa afirmação foi repetida por vários outros entrevistados; o que significa que toda a venda dos bovinos era receita líquida e o suficiente para cobrir os gastos com padrão de consumo da época. Contudo, principalmente com a diminuição tanto dos preços da lã como dos bovinos, aumentou a pressão para que novas alternativas de receitas se constituíssem, pois agora “a vaca não paga mais conta”, sendo necessário, para complementar o orçamento doméstico, “aumentar a agricultura”, ou seja, as áreas com as lavouras comerciais.

Todavia, há outros dois poderosos elementos que dão a impressão de corrosão do poder de compra das elites estancieiras e que forçam a busca pelo aumento da produtividade e/ou de outras fontes de rendimentos: o aumento do custo para compra da força de trabalho e a incorporação de novas mercadorias nos padrões de consumo de elite. Particularmente interessante é a declaração do casal já citado a esse respeito:

tu tens que aumentar muito a produtividade, porque, senão, a vaca não paga a conta. Há 10, 20, 30 anos a produção era “x”, mas os empregados dormiam sobre os pelegos³, não tinham férias, não tinham décimo terceiro. Essas leis sociais do Getúlio só vieram a ser implementadas recentemente, de poucos anos para cá, porque até então só existia no papel. Não tinha celular, não tinha este como é que é... computador. As estâncias não tinham nada, não tinha televisão... Eu não sei quantos computadores eu já comprei, porque não tem como saber, porque está sempre desatualizado. E a vaca é sempre a mesma.

A queixa quanto ao aumento do custo da força de trabalho não diz respeito apenas ao pagamento obrigatório do salário mínimo e aos direitos trabalhistas, “que só vieram a ser implementados recentemente, de poucos anos para cá”, mas a um conjunto de mudanças que os patrões foram obrigados a fazer em suas estâncias para que os trabalhadores aí pernoitassem, adequando as instalações para atender às exigências da legislação. Dentre as mais evidentes, estão a necessidade de camas, pois até então “os empregados dormiam sobre os pelegos”, além de água encanada e chuveiro quente. Na estância desse casal entrevistado, somente em 2005 foram transformadas antigas baias, onde os principais cavalos ficavam estabulados durante a noite, em quartos para os seis empregados contratados. Soma-se a isso a incorporação de novas mercadorias aos padrões de consumo socialmente aceitos como válidos para conservar suas posições no espaço social, como a frequente troca dos computadores por modelos mais atuais.

É interessante perceber o momento em que, para os estancieiros, faz-se necessário ampliar os investimentos produtivos na estância: quando ocorre a baixa dos preços do gado. Os investimentos produtivos são realizados em momentos de baixa dos rendimentos monetários líquidos da família, assemelhando-se ao comportamento de administração dos domínios feudais descritos por Kula (1979) para a realidade polonesa dos séculos XVI-XVIII. O estímulo para o

³ “Pelego” designa o “couro” retirado dos ovinos quando abatidos. Por ser um “couro” recoberto por lã, era o pelego utilizado como colchão pelos peões. Além disso, o pelego é utilizado na montaria.

investimento é a queda relativa dos rendimentos líquidos, o que significa que ocorre um desestímulo ao investimento quando os preços pagos ao produtor sobem. Ora, o contrário se dá no caso da racionalidade capitalista, que amplia os investimentos nos momentos de alta dos preços e deprime os investimentos nos momentos de baixa; quer dizer, frente a uma conjuntura favorável de subida dos preços de determinada mercadoria, os capitalistas investem em mais compra de bens de capital e mão de obra para ampliar as vendas e acumular mais valor. Contudo, esse mecanismo que funciona como incentivo aos capitalistas é um desincentivo aos estancieiros.

A demonstração desse argumento pode ser amplamente realizada tanto pela análise dos controles financeiros dos gastos da estância e da família do estancieiro (Piccin, 2012, p. 389-409) quanto por meio de outras declarações que explicitam esse modo de administração e acompanhamento das atividades produtivas em momentos de alta ou baixa dos preços. Em um dos livros publicados por um dos entrevistados, há uma citação de um texto de um professor das Faculdades Associadas de Uberaba (FAZU/MG), assessor de entidades patronais, em que se argumenta sobre as diferenças de comportamento frente à propriedade que o criador deveria ter, identificando qual era esse comportamento no período de altos preços. Segundo o professor:

Naquela época, a rentabilidade da pecuária era tão atraente que permitia o surgimento de uma série de distorções e ineficiências (administração à distância, baixa produtividade, excessiva concentração de investimentos em imóveis, baixa ineficiência comercial, desrespeito à vontade do consumidor final de carne e falta de associativismo), tornando a atividade pouco competitiva para os tempos atuais (AGUIAR, Adilson Almeida *apud* ASSIS BRASIL, Délio, 2009, p. 95-96).

Nessa declaração, também são perceptíveis todos os elementos de estímulo e desestímulo ao investimento comentado anteriormente. Além disso, essa citação é importante devido ao comportamento criticado de “administração à distância” como um dos componentes “de uma série de distorções e ineficiências” que seriam

práticas comuns no período dos altos preços pagos pelo gado. O que é importante perceber são as indicações de um condicionamento frente à vida econômica da estância determinado pelo poder de colocar a necessidade econômica à distância, fornecida pelo próprio poder econômico. Trata-se de certa estilização de modos de vida que tem como valor o afastamento em relação às coisas mundanas do trabalho físico. A distância do mundo do trabalho na estância compõe um fator de distinção social.

Todavia, a diminuição relativa das receitas fragiliza e tensiona esse condicionamento social, internalizado como *habitus* e regra de orientação social. Agora, o envolvimento da família nos trabalhos da estância é visto como uma “luz no fim do túnel”, como declarado ao pesquisador, que, entretanto, pode ser encarado como descenso social, como desclassificação no espaço social estancieiro. Em absoluto, isso não significa que a família seja de fato “envolvida” nos trabalhos da estância, mas que existe um tensionamento que os coloca diante de alternativas, que pode ser mesmo a venda dos ativos fundiários, frente à impossibilidade de reprodução social como no período anterior e à realidade potencialmente vivida como desclassificação.

Esse processo é revelador de um cálculo econômico que orienta a prática das elites estancieiras na gestão de seus domínios fundiários e os particulariza em relação ao comportamento de *tipo ideal* capitalista esperado pela bibliografia econômica, que se inclina a considerar as categorias da consciência econômica própria do capitalismo como categorias universais, independente das condições econômicas e sociais vividas pelos agentes. A lógica que preside o comportamento econômico dessas elites gera uma força interna ao sistema criatório estancieiro que age no sentido inverso à intensificação dos processos de produção na alta dos preços, porque os níveis de rendimento monetário esperados estão assegurados nos momentos de alta dos preços. Nos momentos de baixa dos preços é a desclassificação social ou a reconversão de trajetórias os caminhos mais prováveis.

3 TRAJETÓRIAS CRUZADAS: DESCLASSIFICAÇÃO E RE-CLASSIFICAÇÃO NO ESPAÇO SOCIAL

Com o descenso social, uma das alternativas enfrentadas pelos estancieiros é a venda dos ativos fundiários e a reconversão das trajetórias sociais em empregos urbanos, em profissões como a medicina, a advocacia etc. Caso a venda dos ativos fundiários esteja descartada, outra alternativa é aumentar a área de lavouras, seja pelo arrendamento a terceiros ou pelo cultivo próprio. De fato, com a crise de rendimentos, alterou-se a balança de poderes em relação aos arrendatários, pois a margem líquida exigida destes para permitir o uso da terra se tornou passível de maior negociação. Nesse sentido, analisam-se a seguir duas declarações de descendentes de colonos italianos que iniciaram arrendando terras para plantar arroz e soja a partir da segunda metade do século XX e que hoje são proprietários e também arrendatários no município; frente à pergunta de ‘como era/é a negociação de arrendamento com o proprietário da terra’, eles responderam:

É uma situação que teve já, em momentos anteriores, uma dificuldade muito grande em vista dos valores altos do arrendamento. Hoje tem mais um consenso devido à situação financeira. O arrendante, aquele que arrenda as terras, ele pensava muito em si. Hoje não, hoje ele está, também, olhando aquela pessoa que está na terra. Hoje tem outra concepção, o arrendante está sendo mais parceiro do que antigamente. Então o dono da terra, hoje ele está mais preocupado com o seu arrendatário do que antes. Antes ele dizia: “não, eu quero cobrar 30 % e pronto”. Hoje não, hoje ele analisa mais a situação do mercado, então, em resumo é isso, hoje o proprietário está olhando mais para o arrendatário (Alex, 53 anos).

*

Há uns 20, quase 30 anos, por volta do começo dos anos 80 até metade dos 90, era difícil, era concorridíssimo. Tinha muita pecuária aqui. Os fazendeiros só queriam lidar com gado, poucos disponibilizavam terra para arrendar. Eu te digo porque eu sofri muito procurando terra pra arrendar. Não era fácil naquelas épocas. No início

dos 80, sai procurar em Rosário [do Sul] e em toda a volta era difícil. Quando arrumava, era porcaria (Sergio, 50 anos).

As duas declarações identificam um período anterior de dificuldade em termos de encontrar terras para arrendar, bem como um período posterior, em que, comparativamente, a situação muda. Se, antes, com o “arrendante” não havia muita margem de negociação sobre o preço de aluguel da terra, pois “os fazendeiros só queriam lidar com gado”, agora, o dono da terra “está mais preocupado com o seu arrendatário”. O dono da terra torna-se “mais parceiro do que antigamente”, justamente porque aumenta o grau de dependência para com as rendas provindas do aluguel de terras para outrem e/ou necessita de pastagem barata para o período do inverno. Mas os significados dessas alterações no espaço social ultrapassam o fato de que aumenta a disponibilidade de terras para arrendamento, pois as trajetórias descendentes dos estancieiros estão na proporção inversa às trajetórias ascendentes de agricultores que iniciaram como pequenos arrendatários no início da segunda metade do século XX e se tornaram proprietários. Não são somente descendentes de italianos que possuem essa trajetória: outros agricultores naturais do município também trilharam caminhos semelhantes. Contudo, os dois casos recém citados são a melhor expressão da complexidade do espaço social, pois são descendentes de colonos que migram para as áreas de pecuária e aí investem o principal recurso de que dispõem: o trabalho familiar. Vale a pena situar a trajetória social de ambos os casos.

Quanto ao primeiro caso citado, seus avôs, inicialmente, migram da Argentina para a região da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul, por volta de 1900. Seus pais arrendam cerca de 40 hectares terras para plantar trigo em São Gabriel nos anos de 1940 e depois arrendam sucessivamente pequenas glebas para plantio de arroz e soja, passando a comprar pequenas áreas de terra ao longo da vida. Porém, foi na década de 1990, que a família adquiriu a maior parte das terras próprias que possui, tendo comprado duas áreas, uma de 500 e outra de 300 hectares, de um total de 1.000 hectares próprios; além de outros 1.000 hectares que chegaram a arrendar para o plantio de arroz e soja. Atual-

mente, as estratégias produtivas são desenvolvidas em conjunto pelos quatro irmãos (três homens e uma mulher), com investimentos econômicos diversos no município, como postos de combustível e hotelaria, além do investimento nas próprias lavouras. Durante a entrevista, orgulhava-se em ter toda a gestão dos negócios nas mãos de integrantes de sua família, em que os(as) filhos(as) e sobrinhos(as) já assumiam os postos estratégicos do controle financeiro.

Quanto ao segundo caso citado, sua família também é de pequenos colonos da região da Quarta Colônia, onde seu pai era proprietário de “vários pedacinhos” que, somados, atingiam 80 hectares. No início de 1980, ele e seus outros três irmãos arrendam 80 hectares de terra para plantio de arroz e outros 80 hectares para plantio de soja em São Gabriel. A partir de então, várias outras frações foram arrendadas, adquirindo, no início dos anos de 1990, duas áreas de terra, uma de 199 e outra de 170 hectares. Em 1996, os quatro irmãos começam uma espécie de peregrinação por vários municípios da fronteira, arrendando e comprando terras: nesse ano, compram 545 hectares em Santana do Livramento, que vendem em 2003, e compram outra de 800 hectares em São Borja, no mesmo ano. Em 2006, vendem a área em São Borja e compram 845 hectares, retornando a São Gabriel, onde, em 2009, compram mais 1.000 hectares, e em 2010, adquirem outros 1.370 hectares. Ou seja, hoje em São Gabriel, possuem 3.215 hectares, além de arrendar outros 500 hectares. Somente há poucos anos atrás construíram uma casa na cidade, mesmo conservando a casa na propriedade, onde se dizem estar mais à vontade. O projeto de vida dos quatro irmãos seria cada um possuir 1.000 hectares de terras próprias. Como no caso anterior, o entrevistado orgulhava-se que o filho mais velho, formado em engenharia mecânica, estivesse assumindo os negócios da família.

Esses dois casos citados são um exemplo de como se altera a morfologia social no município, justamente no período em que os rendimentos da pecuária descessem e as posições dominantes se fragilizam. Representam, também, as diferentes maneiras de ver a terra como ativo produtivo, em que as trajetórias dos filhos de descendentes de colonos, que voltam a assumir os negócios da família,

contrastam com as trajetórias dos filhos dos estancieiros, que buscam se inserir em empregos urbanos – especificamente sobre isso, ver Piccin (2012, p. 387-388).

No que se refere às estratégias econômicas, a fragilidade das posições então estabelecidas não se dá somente pela diminuição dos rendimentos da pecuária, vendo-se na eminência de reconverter as trajetórias sociais pela venda dos ativos fundiários ou pelo arrendamento de áreas de terra a terceiros. No caso daqueles que optaram por iniciar lavouras por conta própria, há um conjunto de disposições, conhecimentos e posturas que são necessários internalizar para que se tenha sucesso nos empreendimentos e isso é vivido não sem algum grau de sofrimento, que pode determinar o fracasso das iniciativas por conta própria. Dos 16 estancieiros entrevistados, seis haviam iniciado plantações por conta própria, mas somente um deles ainda continuava na direção das lavouras. Os outros cinco haviam entregado as lavouras para arrendatários. O caso do casal de estancieiros Moacir, advogado, 71 anos, e sua esposa, Amália, professora, 65 anos, com 500 hectares, cujos dois filhos seguiram trajetórias em empregos urbanos, pode ser citado como exemplo; explicando ao pesquisador as conjunturas e os motivos pelos quais havia optado primeiro por terminar com o gado e investir nas lavouras e, depois, em arrendar, declararam:

Moacir: houve uma época em que o gado não tinha valor nenhum, nem os bovinos nem as ovelhas. Naquela época o preço estava tão em declínio que eu disse: “quer saber de uma coisa, estou marcando passo”, resolvi plantar. Primeiro ano me sai bem, depois, no segundo, fui mal e no terceiro também e aí já não deu certo. Eu tinha tudo, máquinas de todo tipo. Vendi as máquinas e arrendei a terra. Amália: foi aí que tu foi mal, ficou sem o gado e teve que arrendar. O problema é que eu resolvi plantar sem conhecimento. E era empregado que incomodava, máquina que quebrava... Às vezes dava raiva! Na verdade eu sempre fui mais da criação mesmo, a criação é o nosso forte aqui, não a agricultura.

O entrevistado resolve partir para as lavouras, porque os rendimentos com a pecuária eram considerados pequenos. Contudo, “não deu certo” e acabou optando por arrendar sua terra. A afirmação de que “eu sempre fui mais da criação mesmo” foi registrada em outras declarações também. Ela traduz o que se argumentou anteriormente, de que as novas disposições exigidas pelas lavouras não dizem respeito somente aos conhecimentos técnicos específicos, mas, sobretudo, a um acompanhamento e mando sistemático dos empregados e das tarefas a serem realizadas em cada lavoura. Frente à constatação do pesquisador, verbalizada a um dos entrevistados, de que, no entanto, havia agricultores “fazendo dinheiro” com as lavouras em São Gabriel, a resposta foi a seguinte: “não, mas aí é diferente, são eles mesmos que tocam”. Essa frase é bastante significativa e expressa as tensões que a elite estancieira passou a enfrentar. Em primeiro lugar, reconhece que o trabalho daqueles agricultores é com base na mão de obra familiar: “são eles mesmos que tocam”. Em segundo lugar, apresenta um “eles”, em contraposição a “nós”, que operam as máquinas, acompanham os empregados e envolvem os filhos e as mulheres. “É diferente” porque, no caso dos estancieiros, não há disposição dos integrantes da família para tal, como há entre os descendentes de colonos.

Estes, por sua vez, referindo-se aos estancieiros que haviam empreendido lavouras, faziam questão de marcar as diferenças de postura para com as lavouras, como se pode perceber nestas declarações a seguir:

Este pessoal aí, que eu conheci, o único que plantava e colhia mais ou menos era o Dr. Fábio, que tinha um gerente bom. Os que se meteram a plantador, que eram dono de propriedade, tiveram que vender as terras, hoje não tem mais nada. Não é só em São Gabriel, em Dom Pedrito que eu conheço bem, Rosário do Sul, a maioria das melhores terras de agricultura já estão na mão do pessoal que veio de fora, do *pessoal de origem*⁴, já compraram tudo. O pessoal que era daqui e que se meteram a plantar, uns 90% quebraram. Mas

⁴ A designação *de origem* refere-se aos descendentes de colonos imigrantes italianos e alemães e expressa, na fala dos entrevistados, uma superioridade étnica como marca distintiva em relação aos *brasileiros*.

claro, só ficam na cidade, manda empregado... tu sabe que empregado mandado por telefone não dá certo. **Se tu não sabe fazer, tu não sabe mandar. Esse é o lema.** Você tem que saber fazer para ver se estão fazendo certo. Os caras chegavam no banco e o gerente dizia... quantas vezes o gerente me contou isso: “fulano, como está a lavoura”. O cara pegava o celular e ligava para o capataz e dizia: “ta que uma beleza”. “Esse para mim”, dizia o cara do banco, “esse não serve”. Se o cara vai ligar para perguntar como é que está a lavoura é porque ele não sabe nada. Ele [o gerente do banco] tem que perguntar e você tem que responder: “está assim ou não, está com problema de seca, a água está boa...” e não ligar para o empregado. O empregado se faz de vesgo. Aí na hora de colher, não dá nada (Sergio, 50 anos).

*

Esses aí, não adianta plantar. **Eles não têm a mania de estar todo dia lá cuidando.** Lavoura tem que estar em cima. *Lavoura é pra gente de origem* (Valmor, 85 anos).

O fato de ter “mania de estar todo o dia lá cuidando” das lavouras ou de ter como lema “se tu não sabe fazer, tu não sabe mandar” nos empregados poderia resumir todo o sistema de disposições sociais internalizado desde a infância com os pais, reforçada e reafirmada positivamente pela prática ao longo de suas próprias trajetórias. Não seria razoável esperar outro tipo de comportamento de quem tem inscrito em seu *habitus* o trabalho com a terra como a única medida e possibilidade de progresso social ao longo das gerações. Aliás, toda a produção ideológica da elite dirigente do estado entre o final do século XIX e início do século XX, responsável pela justificação da colonização nas áreas de matas, esperava e animava este comportamento nos imigrantes: o de detentores do *espírito do capitalismo* e do progresso pela disciplina do trabalho (Picolotto, 2011). Obviamente, o estranhamento é mútuo entre agentes sociais com origem na “colônia” ou na “estância”. A desvantagem destes é que a concorrência entre grandes plantadores fulmina, sem perdão algum, seus empreendimentos se forem fundados sob as práticas por eles herdadas como *habitus*; elas não são mais sancionadas no es-

paço social, como no caso do gerente de banco que reprovava o fato de ter de ligar para o empregado para saber como estava a lavoura. Essa é a exata medida do senso de inadaptação a um meio social para cujas regras que se tornaram hegemônicas não houve treinamento ao longo de seus processos de socialização.

Além disso, um dos resultados que já seria previsível são as diferentes visões quanto aos usos produtivos do solo, que aparecem como a própria afirmação de seus *habitus*. Enquanto os estancieiros afirmam “eu sempre fui mais da criação mesmo”, os descendentes de colonos, ao contrário, afirmam não gostar da pecuária, porque “sempre preferi mais a lavoura” ou porque “lavoura é pra gente *de origem*”⁵. Neste último caso, não é que haja um veto às criações, mas uma avaliação econômica minuciosa de qual atividade dá maior retorno monetário, tal como no caso das declarações dos entrevistados a seguir, que, quando perguntados se era somente arroz e/ou soja que tinham em suas propriedades, disseram:

Sergio: eu crio um pouco, mas meus outros irmãos são contra. Pesquisador: os outros são contra? Sérgio: o campo ali é muito caro para a pecuária, é muito de agricultura, que rende mais. Só se povoar bem [de bovinos] o campo... Mas custa caro uma lavoura de arroz ou de soja para depois colocar gado. E nessa terra, não é uma terra propícia para pecuária. Para pecuária, no caso, só as serrinhas, essas partes que não dá planta (Sergio, 50 anos).

*

Eu tenho um gadinho também, mas é pouco. Nunca fui muito do gado, não gosto. Até arrendo a pastagem no inverno para os outros colocar um pouco de gado, mas não muito porque senão soca a terra. É que a lavoura dá mais (Vinicius, 32 anos, 1.000 hectares em conjunto com o irmão mais velho que é agrônomo).

Na primeira declaração, percebe-se que terras para o gado são aquelas em que não é possível aproveitar com as lavouras. Já

⁵ Assim como a frase atribuída aos estancieiros, as frases recém citadas e suas variações atribuídas aos descendentes de colonos foram ouvidas por vários dos entrevistados.

a segunda declaração relata que o gado “soca muito a terra” e isso prejudica o rendimento das lavouras. Para ambos, as lavouras proporcionam lucros maiores, quando comparadas com a pecuária.

No caso dos estancieiros, não é que desconheçam que as lavouras possuem um rendimento monetário maior por unidade de área. O que se dá é um cálculo é mais complexo e que passa pela não disposição de internalizar a “mania de estar todo dia lá cuidando” das lavouras. Até bem pouco tempo atrás, era exatamente em contraste com essa atitude que eles se diferenciavam e se afirmavam como classe dominante no espaço social. Enquanto seu poder econômico estava sancionado, sua distinção e afirmação de poder simbólico se dava por conceber maior liberdade frente às restrições da necessidade econômica. Entretanto, agora, para manter ou conservar um nível de consumo de elite, é necessário que seus domínios sejam muito grandes ou que internalizem as regras hegemônicas de funcionamento do campo econômico; caso contrário poderão sofrer resignadamente o descenso social ou reverter suas trajetórias.

Essas contradições podem ser vividas a tal ponto que não se reconheçam mais como fração dominante dentre os proprietários de terra. Também passam a fazer uma releitura da história e a não se identificar como beneficiados com o fato de a ocupação do território ter ocorrido por meio de grandes estâncias de gado, quando em comparação com as regiões de colônias de pequenos proprietários. A esse respeito, quando o casal de estancieiros, Paulo e Marcia, referiu-se a determinado livro de fotografias sobre as estâncias do município, declarou o seguinte:

Marcia: ali, as fazendas que estão restauradas, que estão maravilhosas, tem umas lindíssimas, são todas de *italiano* ou *alemão*; de gente que veio para cá, mas gente que tem outra coisa por trás, que tem um gênio, que tem não sei o quê.

Paulo: Sem querer, ou querendo, o governo favoreceu eles, porque eles tiveram que lutar para vencer e isso transmitiu essa ideologia para os descendentes. Se eles encontrassem um paraíso aqui, eles iam se acomodar.

Marcia: sim, quando vieram os italianos sobrou as piores [terras].

Paulo: e aí começaram a baixar para cá, hoje eles estão aqui.

Marcia: ah tão, com a soja eles vieram para cá e com outra mentalidade. Inclusive, aqui muita gente entrou pelo cano quando os *gringos* chegaram, porque os *gringos* são vivos, muito mais vivos que os daqui [risos]. Mas foi indo, foi indo, claro, porque quem é que veio para cá: os atilados, os empreendedores, que começaram... Essas pessoas que vêm, vem com tudo e os daqui ficaram muito naquela do paternalismo, da festa...

Pesquisador: **e essas pessoas se envolvem na comunidade, como que é?**

Marcia: sim, atualmente sim, os filhos casaram, vieram pra cá, já estão na segunda, terceira geração.

Paulo: aquela época, assim... já não existe mais. No início era uma coisa feia! Aqueles *gringos* que falavam tudo diferente, não saiam de dentro das propriedades, trabalhavam tudo meio sujos, descalços, com a mulher, os filhos...

Marcia: hoje já os casamentos... Porque antes era muito separado, aqui quem era de fora era o *gringo*, atualmente isso já não existe mais.

Paulo: até porque os daqui não são mais ricos. Não adianta tu querer bancar, é preferível tu aceitar o próprio rico, do que tu querer bancar o rico se tu não é.

Marcia: às vezes eu ouço as pessoas dizer “ah, não existe mais dinheiro em São Gabriel” e eu digo “existe sim, só que mudou de mão”. Tu anda em São Gabriel, tu vê casas maravilhosas, mas estão na mão de descendentes de italianos e alemães, gente que veio para cá com uma mentalidade de trabalho.

Frente ao fato de existir no espaço social novos agentes tão ou mais poderosos economicamente que os já estabelecidos, até a história de ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul ganha reinterpretção: os colonos é que seriam os verdadeiros beneficiados por terem sido instalados nas piores terras e em pequenas propriedades, pois “se eles encontrassem um paraíso aqui, eles iam se acomodar”. O mais importante deste trecho da entrevista consiste, no entanto, nas transformações que se processam quanto ao olhar dos estancieiros sobre os *gringos*. Estes “começaram a baixar” em São Gabriel com o desenvolvimento das lavouras e em um ambiente de ampla di-

ferenciação social. Os primeiros não só eram os senhores absolutos da terra – em que “era difícil achar terras para arrendar”, segundo as declarações dos descendentes de italianos recém citadas – como o eram com relação ao domínio da língua, pois “aqueles *gringos* falavam tudo diferente”. Além disso, era um contraste o fato de os *gringos* quase não possuírem vida social, pois “não saíam de dentro das propriedades”, e cuja base do trabalho era a familiar, da esposa e dos filhos. Entretanto, com o fato de serem, agora, os *gringos* considerados novos ricos, a sensação de posição social inverte-se, em que não “adianta querer bancar” ser rico se não é, sendo melhor “aceitar o próprio rico”. Uma das implicações, apesar da insegurança na afirmação e no tom de voz da entrevistada, são os casamentos entre pessoas de diferentes origens. Frente a esse conjunto de alterações, em que o dinheiro existe, “só que mudou de mãos”, o *habitus* é tensionado a positivar a “mentalidade de trabalho” com a qual os *gringos* estariam historicamente embebidos.

Questionados em sua base econômica, que lhes dava sustentação, a sensação de inaptidão representa a crise do sistema de disposições sociais formado em uma fase anterior da relação entre os grupos e as classes sociais. É o desenrolar dessa crise, para além dos efeitos sobre o campo econômico, que será aprofundado na próxima seção.

4 A DOLORIDA RUPTURA COM O MODO DE PENSAR NO ESTOQUE DE GADO

Nesta seção, a análise de uma trajetória dentre os estancieiros visa não somente perceber os mecanismos que geram os tensionamentos, como eles são vividos e as reações específicas, mas aprofundar o conjunto das transformações do espaço social em termos de disposições sociais, por analogia aos demais agentes em posições semelhantes. Trata-se de diferentes respostas frente a uma mesma conjuntura percebida como limitante da continuidade dos modos de vida até então desenvolvidos. Os processos sociais experimentados e as opções consideradas que levam à ruptura com o modo de pensar no rebanho como um *estoque*, além da separação dos orçamentos de gastos fami-

liar e produtivo, não são vividos sem uma dose de sofrimento, em que o julgamento social considera como um caso de “loucura” as mudanças introduzidas. “Todo mundo dizia que ele estava louco”, declarou ao pesquisador uma das estancieiras entrevistadas quando se referiu ao caso específico que é objeto de análise nesta seção.

Na entrevista realizada com Rogério, 62 anos, pela parte da manhã, em sua casa da cidade, este dizia que havia sido sorte encontrá-lo ali, pois permanecia a maior parte do tempo em sua estância. Demonstrando certa agitação, esperava ligações de alguns interessados em lhe arrendar parcelas de terra para o plantio de soja. Ao final, convidou o pesquisador para conhecer sua propriedade de 2.100 hectares, (para onde nos dirigimos logo em seguida). Rogério nasceu em Uruguaiana, de uma tradicional linhagem de estancieiros desse município; seu pai era proprietário de 2.000 hectares, onde desenvolvia a bovinocultura e a ovinocultura. Rogério era o mais velho de sete irmãos – todos alfabetizados na estância, seguiram os estudos em internatos e, posteriormente, em cursos superiores em Porto Alegre. Dois irmãos fizeram medicina veterinária e as outras quatro irmãs seguiram cursos no magistério. Ele se formou em direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre e em filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em meados de 1970, onde conheceu quem se tornaria sua esposa, filha de estancieiros em São Gabriel. Depois de exercer a docência na PUC de Uruguaiana, ele e sua esposa se mudaram para São Gabriel devido à morte do sogro no final dos anos de 1970. Por esse motivo, Rogério, abandonou as salas de aula e assumiu a administração dos 1.600 hectares herdados pela esposa, tendo depois adquirido mais 500 hectares. Tiveram três filhas, todas já formadas pela UFRGS, sendo uma publicitária, outra fisioterapeuta e outra veterinária. As terras herdadas em Uruguaiana ele acabou vendendo, pois, com a divisão entre os sete irmãos, havia ficado “um pedacinho para cada um”, que foi considerado insuficiente para se viver.

Em São Gabriel, os problemas começaram quando Rogério percebeu “que o retorno financeiro [da estância] era muito pequeno” e que, se ele não mudasse, quebraria. Foi então que resolveu investir

por conta própria no cultivo do arroz e da soja. Mas, ao invés de melhorar sua situação financeira, ela piorou. Foi quando percebeu que

precisava de um gerenciamento, que era muita coisa para controlar e eu não conseguia controlar nada. Então eu comecei a fazer o gerenciamento, quando eu comecei, me dei conta de que eu, por mim mesmo, não conseguia fazer isso. Senti que havia a necessidade de eu ter um controle financeiro, gerencial, para saber exatamente a quantas eu andava. Então eu contratei um serviço especializado, uma empresa só para fazer o gerenciamento. Eles me provaram que eu não era eficiente no que eu fazia e este é o problema das propriedades de maneira geral: falta eficiência. Eu fazia muita coisa ao mesmo tempo, sem controle.

Para o entrevistado, o problema não era somente a falta de controle financeiro-econômico de suas atividades, mas, fundamentalmente, os modos pelos quais tornaria isso realizável. Quer dizer, existiam disposições sociais que lhe eram exigidas, mas que não tinham sido incorporadas por ele, fato que fez com que buscasse ajuda. A saída encontrada foi a contratação de uma empresa de consultoria para fazer o “gerenciamento” de sua propriedade. A primeira alteração introduzida dizia respeito aos modos de fazer o acompanhamento dos custos de cada atividade desenvolvida na estância: agora estes passaram a ser feitos em separado dos gastos familiares. Ademais, depois dos estudos econômicos realizados e da demonstração da “ineficiência” do estancieiro, a empresa sugeriu grandes modificações. De acordo com suas próprias palavras:

Fiquei só com a pecuária [sob administração direta] e arrendei as áreas para o arroz e a soja. Na pecuária, a primeira coisa que eu fiz foi terminar com a ovelha, porque a lã não vale nada, e eu tinha muitos gastos com a mão de obra; reduzi os funcionários. Em pecuária bovina eu fazia o ciclo completo e percebi também que não conseguia eficiência. Terminei o ciclo completo e fiquei só com a terminação. O dinheiro que entrava no caixa por meio do ciclo

completo era muito pouco. Eram básicas essas duas coisas. O que está acontecendo agora: estou sendo muito mais eficiente porque eu tenho só um foco, tendo muito mais retorno financeiro, que eram as duas coisas que me afligiam.

Com a separação dos gastos monetários e a individualização da análise econômica por atividade desenvolvida, acabou por extinguir a ovinocultura e a criação de bovinos por ciclo completo, reduziu o número de empregados e entregou sob arrendamento a terceiros as áreas de arroz e soja. O sistema de terminação, ou seja, de engorde, foi implantado aos poucos, tendo começado com 300 cabeças/ano, atingindo cerca de 1.000 cabeças/ano atualmente. A área arrendada para o cultivo de arroz equivale a 340 hectares, sendo metade efetivamente ocupada em cada ano e alternada com o plantio de soja. Quanto ao cultivo da soja, atualmente são 400 hectares, mas seu plano é aumentar para 500 hectares, já que o fundamental da soja é produzir uma pastagem barata no inverno. Nesses arrendamentos, é remunerado em 20% e 15% da produção líquida de arroz e soja, respectivamente. Assim, o restante da área de 1.260 hectares seria dedicado à engorda dos bovinos. Contudo, destes, há 300 hectares que não são ocupados porque foram abandonados no período de seu “descontrole financeiro”, ficando sem cuidados em termos de tratamentos culturais e impedindo o pleno pastejo ou cultivo de cereais; área esta que estaria sendo reintegrada aos poucos.

Tais inovações impactavam, sobretudo, quanto aos modos de pensar o rebanho bovino. A empresa de consultoria contratada substituiu a ideia de *estoque* de gado pelo de kg de carne produzida por hectare, sendo incorporada pelo entrevistado. Argumentando sobre essa mudança, Rogério declarou ao pesquisador:

- Dentro dessa visão moderna, o importante não é o *estoque*. O *estoque* era uma coisa muito importante para uma visão antiga. Mas para uma visão moderna o importante é o que eu produzo por hectare por ano.
- Pesquisador: foi uma mudança importante?
- Absolutamente! Eu sempre dou um exemplo para as pessoas que

me questionam: se eu tenho aqui na esquina da minha casa um armazém, esse armazém tem 10 garrafas de cachaça e na outra esquina eu tenho outro armazém e aquele tem 100 garrafas de cachaça, qual é o armazém que está melhor? É o de lá, que tem 100 garrafas, porque nós estamos pensando em *estoque*. Essa é a visão antiga. Mas a visão moderna não é essa, a visão contemporânea não é essa, a visão da eficiência não é essa. Qual é a visão da eficiência? Esse [armazém] aqui que tem 10 garrafas, ele vende 10 garrafas por mês, então no fim do ano ele vendeu 120 garrafas, e aquele da esquina que tem um *estoque* grande vende uma garrafa por mês, no fim do ano ele vendeu 12 garrafas. Quem é que está fazendo o melhor negócio? É esse aqui [com 10 garrafas]. O *estoque* não é importante. **O importante é o giro da mercadoria.** *Aí que está a mola propulsora do negócio, a mercadoria tem que girar, e para a mercadoria girar eu tenho que investir em produtividade.* Para eu girar a mercadoria eu tenho que ter alimento. Então essa *mudança é estrutural*, ela passa por um problema sociológico, cultural... Ela é estrutural, *tem que mudar substancialmente a maneira de enxergar as coisas*, e isso é muito difícil de fazer, e isso quase ninguém está fazendo.

A primeira coisa que chama a atenção nessa declaração é a força da ideia do *estoque* de gado que foi preciso romper, rompimento esse que se dá pela contraposição de uma “visão antiga” a uma “visão moderna”, na qual prevalece o quanto é vendido e não o quanto há na estância. Essa ideia está relacionada à segurança financeira que um grande *estoque* permitiria. Provocado pelo pesquisador se isso representava uma mudança importante, o entrevistado respondeu, exasperadamente, que sim. Nada mais perfeito para demonstrar seu raciocínio do que o exemplo que ele constrói com os dois armazéns que vendem cachaça. Deve-se notar que, de fato, o que ele incorpora é o modo mais puro do tipo ideal de capitalista que possui a centralidade de seu raciocínio na velocidade do *giro da mercadoria* na propriedade. É o giro da mercadoria que passa a ser considerada “a mola propulsora do negócio” e não o montante de mercadoria em *estoque*. Observe-se que, quando ocorre essa mudança, há um

encadeamento do raciocínio que busca aumento da produtividade por meio de maior oferta de alimento aos animais: “para eu girar a mercadoria eu tenho que ter alimento”. Ressalta-se, entretanto, que essa mudança possui, na interpretação do entrevistado, uma significação “estrutural”, pois “tem que mudar substancialmente a maneira de enxergar as coisas”. Suas referências dizem respeito à negação de um determinado modo de ver e de se ver como proprietário de terras, motivo pelo qual considera uma mudança importante.

Essa alteração nas formas de “enxergar as coisas” não é realizada sem um grande tensionamento interior e reprovação dentre seus pares. De acordo com suas próprias palavras:

Eu sempre me questionei sobre isso e sempre fui muito questionado por pessoas das minhas relações, por companheiros de produção. Me diziam: “mas você está fazendo uma loucura, tu está deixando tudo o que tu tem, está mudando completamente a atividade... isso aí é uma loucura, a maneira mais segura que se tem de trabalhar é essa...”. Essa foi a avaliação que eu tive de pessoas conhecidas. Mas sempre foi muito difícil, muito sofrido. *É como um parto, sabe. Um processo de digestão psicológica, intelectual que você tem que fazer, tu tem que digerir a mudança, isso é uma coisa bem demorado e é sofrido.* Por que a gente tem que mudar a cabeça. Nós nos criamos num sistema, com uma maneira de pensar e de trabalhar, que é o nosso sistema fronteiriço aqui: meus avós trabalhavam assim, meus pais, eu trabalhei assim sempre. Isso é uma bagagem cultural que a gente carrega com a gente. Mudar esse parâmetro, quebrar esses paradigmas é a coisa mais difícil que tem. *A coisa mais angustiante que tem é a gente mudar uma coisa que é cultural, que vem de geração para geração.* Esse foi o maior sofrimento que eu tive. Eu consegui fazer, mas a grande quantidade das pessoas que trabalham com essa atividade não fizeram. Não fizeram por que *é um processo de mutação interior.*

Equalizar o descompasso do *habitus* herdado com as exigências em termos da incorporação das disposições hegemônicas quanto ao modo de tratar a vida econômica é considerado como algo “sofri-

do”, “angustiante”. Ora, trata-se de substituir “uma coisa que é cultural, que vem de geração para geração” e orienta os comportamentos sociais por outro modo de pensar que exige “um processo de mutação interior”. O entrevistado viveu tais alterações como “um processo de digestão psicológica e intelectual” para “digerir a mudança”, sendo “demorado e sofrido”. Se essa mudança dos modos de pensar exige afrontar os fantasmas culturais incorporados como referências, exige também confrontar seus pares, que passam a considerá-lo como “louco”. Para estes, o modo mais seguro é aquele que foi repassado pela geração anterior e possui na ideia do *estoque* toda a sua expressão. É bem possível que colocar em xeque esse princípio signifique colocar em xeque o próprio poder de estancieiro, com capacidade de mobilizar recursos quando necessário. A lógica da mobilização de recursos modifica-se e passa a ser ditada pela velocidade com que se gira a mercadoria na estância e não por sua existência em si.

Desta última declaração, é ainda interessante analisar o que ele chama de “pilares” sobre os quais se apoiou: a percepção objetiva de que seu caixa tinha problemas, pois o retorno monetário era pequeno, e a assessoria da empresa “de gerenciamento econômico”. O que parece diferenciar esse caso dos demais foi a admissão de que precisava de ajuda para dar respostas exitosas frente a uma realidade cambiante e exigente de novos modos de pensar, para a qual se sentia deficiente. Foi necessário admitir que Dom Quixote passara a ser desmentido sistematicamente pela realidade e, finalmente, abandoná-lo às recordações.

Outra alteração importante do espaço social diz respeito às trajetórias dos agentes situados em posições subordinadas e que se tornam menos dependentes das estratégias de reprodução econômica dos dominantes. Este aspecto será tratado a seguir.

5 “O FIM DA CAMPANHA” – OU DE QUANDO O CHICOTE DA FOME ENFRAQUECE

A estrutura do espaço social não é rígida, mas definida em cada momento pela distribuição do volume e da estrutura do capital entre os agentes. Isso significa que o estado das relações de força se altera

a partir do conjunto das práticas que os agentes acionam para manter ou melhorar as posições no espaço social no decorrer do tempo. As alterações no espaço estancieiro e as trajetórias sociais dos setores mais marginalizados modificam as possibilidades de mobilização da força de trabalho. Nada é mais relacional do que perceber como as estratégias ascendentes dos indivíduos pior situados no espaço social somam-se às transformações que afetam o volume e a estrutura do capital dos mais bem estabelecidos e, mais do que isso, modificam as representações destes sobre o mundo social. A possibilidade de reivindicar direitos e migrações para a área urbana do próprio município ou para áreas industriais são alguns dos aspectos que impactam a estrutura da relação entre os chamados *gauchinhos* e os estancieiros.

O termo *gauchinho* designa especificamente os *peões* de estância, mas também pode ser utilizado em diferentes contextos sociais com significado pejorativo. Um *senhor* de terras, proprietário de estância(s), pode trabalhar diretamente em suas posses dando ordens aos seus subordinados, mas a qualificação de *gaúcho* ou *gauchinho* é restrita a estes. O termo que designa os *peões* é no diminutivo e expressa a posição mais subordinada no espaço social. Em se tratando das posições dominantes no espaço social estancieiro, há um estilo de vida a ser reproduzido, cuja distinção se dá pela possibilidade de utilizar o tempo principalmente com situações não ligadas a questões econômicas. Assim, viver do próprio trabalho ou do trabalho de outrem nas questões da estância está na base de uma distinção que divide o espaço social e atribui aos primeiros o rótulo de *gaúchos*. *Gaúcho*, nesse espaço social, significa aquele indivíduo ou os integrantes de uma família que são obrigados a trabalhar em suas terras ou em propriedade alheia, sob as ordens de outra pessoa, para prover a própria subsistência.

As modificações no espaço social aparecem nas reclamações dos grandes proprietários de terra quando se referem às condições da oferta de mão de obra. Uma das declarações mais importantes nesse sentido, por sintetizar, na ideia do “fim da campanha”, as dificuldades de mobilização da força de trabalho, foi a de um secretário do executivo municipal, formado em direito e também estancieiro, com

2.000 hectares de terra. Quando relatava sobre como era a agricultura e a pecuária no município, declarou que:

Hoje já não se acha empregado barato. Não se acha mais e, também, os que acha não trabalham por pouco. O Lula e o PT [Partido dos Trabalhadores] acabaram com a Campanha! Estamos vivendo **o fim da Campanha**. Acabou. Não se acha mais esses *gauchinhos* no campo como era uma vez. Eu mesmo, lá fora, lá eu tinha alamedores, esquiladores, peões... agora já não acha mais. Até acha, mas tudo tem que pagar caro. Agora é tanta bolsa, é bolsa para isso, bolsa para aquilo, é o bolsa família, ninguém mais quer trabalhar (Atílio, 2011).

O principal aspecto a ser ressaltado é o aumento do custo monetário da contratação da mão de obra se comparado a um período anterior em que a relação de troca se baseava, sobretudo, no *dom* e *contradom* (Mauss, 2007), ou seja, na troca assimétrica baseada no “favor”, na qual se encadeia uma relação de dominação personalizada em que as obrigações para com o estancieiro se mantêm por sentimentos de “dívida”. Os “alamedores” e “esquiladores” – trabalhadores que constroem cercas e esquilam as ovelhas, respectivamente – são empregados temporários que eram facilmente mobilizáveis quando suas famílias viviam como dependentes nas terras do estancieiro. Mas, com o fim da relação da morada internamente aos domínios, não há mais qualquer obrigação moral por parte desses trabalhadores para o desenvolvimento de tais tarefas. São relações que se tornaram monetarizadas, fato que motivou a reclamação do entrevistado.

Em todo caso, se o acesso aos programas sociais de transferência direta de renda também produz uma resultante importante nesse sentido, obviamente que não se deve a este ou àquele governo ou partido as transformações pelas quais passou a Campanha. É possível que os programas de transferência direta de renda constituam um piso abaixo do qual as pessoas preferam não vender sua força de trabalho em troca de qualquer remuneração. A esse respeito, declarou outro estancieiro ao pesquisador:

[...] agora é que eles estão vivendo uma possibilidade de melhoria, com essa questão de não existir mais extrema pobreza: já tem um salário, uma coisa pra viver. Antes a casa da gente vivia cheia de gente pedindo na frente, porque as pessoas não tinham emprego, não tinham oportunidade (Vanderlei, 69 anos).

Apesar de que a visão desses entrevistados sobre o Bolsa Família possa ser superestimada ou simplesmente recoberta por certo preconceito para com os setores populares, não há motivos para duvidar do impacto que esses programas causam quando existe um setor social desprovido dos meios para produzir sua própria subsistência. Em uma conjuntura na qual “não tinham emprego, não tinham oportunidade”, é muito mais fácil constituir relações de dominação personalizada, pois, segundo a declaração, “a casa da gente vivia cheia de gente pedindo”. Se atendidos em seus “pedidos”, reconstituía-se uma relação de obrigação e dívida que poderia ser paga com serviços. Ao que parece, é essa relação da reconstituição da “dívida” que tende a ser enfraquecida com os programas de transferência direta de renda. Torna-se mais difícil aos dominantes a manutenção de tais relações.

Entretanto, por mais importantes que sejam esses programas sociais, as principais transformações no espaço social são mudanças que se gestam ao longo do tempo e como resultado não esperado das próprias estratégias dos dominantes. São estas estratégias que definem, em boa medida, o sentido das estratégias de reprodução social dos dominados. O principal fator da expulsão das famílias de dentro dos domínios é o fim da “confiança”, rompida pela possibilidade de estes reivindicarem na justiça os direitos reconhecidos pelo Estado: “hoje a gente tem medo dos empregados”, declarou ao pesquisador, Paula, 75 anos, estancieira com 650 hectares. Assim, “o fim da Campanha” também se dá por não haver mais tanto *gauchinho* oferecendo sua força de trabalho e por estes terem constituído ou acessado alternativas de produção de seus meios de subsistência que não na estrita dependência dos dominantes.

Outras importantes declarações nesse sentido, que vale a pena analisar, são as transcritas a seguir:

Hoje a crise não é só por uma razão econômica, mas por uma razão operacional também, porque não existe mais gente nas fazendas. Eu me lembro, quando guri, que **os galpões viviam cheios de gente. Sempre tinha gente sobrando.** Hoje isso não existe mais (Rogério, 2.100 hectares, 62 anos).

*

Tempos atrás, eles ficavam agradecidos de morar num pedaço de campo que a gente dava, hoje não. Antigamente se vivia tudo junto: se se matava um porco ou um bovino, se distribuía a carne entre todas as famílias de empregados; era um pedacinho cada um. Quando vinha açúcar, sal e mesmo o arroz, a gente mandava um pouco para eles também. Eu não sei como era essa coisa de pagamento, mas até acho que se pagava também. Hoje está muito diferente. Eles não querem mais trabalhar. **Hoje se você vai contratá-los, a primeira coisa que eles te perguntam é se lá fora tem luz, sem tem estrada, se passa ônibus perto. Hoje todos querem voltar para a cidade no final da semana. Hoje eles têm moto, tem até automóvel!** Se não tem ônibus perto, eles não querem mais trabalhar para fora (Paula, 75 anos, estancieira com 650 hectares).

*

Essa mão de obra rural é difícil, cada vez mais difícil. **Agora eles querem tudo: é televisão, tudo é globalizado, e eles querem.** Lá fora tem tudo o que tem aqui. Claro que é tudo mais rústico, mas tem. Eles vêm para a cidade na sexta feira de tardezinha com a moto deles mesmos, **já não é mais gauchinho a cavalo** (Paulo, 69 anos, 1.700 hectares).

*

Eu tenho oito funcionários. Mas está ficando só os analfabetos lá fora; ninguém mais quer ficar lá. **O Marfrigui** [frigorífico] **tomou muita mão de obra.** Lá adiante, não sei o que vai acontecer. O meu esquilador é analfabeto, o aramador também. Dei curso de inseminação para dois dos meus, e essa família já esquilava para o meu pai e agora vem inseminando; esquilam para mim e para o Pedro. Muitos não querem capacitar seus empregados de medo de perdê-los. **Eu te dou vários casos de gente que deu curso de inseminador e o cara deixa o emprego e sai inseminando para fora, abre negócio** (Jeferson, 53 anos).

A primeira declaração e parte da segunda marcam o estado das relações de força que se constitui como ponto de referência aos estancieiros. Assim como a declaração do secretário do executivo municipal, as alterações no espaço social que aparecem em suas falas têm como imagem “aquela” Campanha em que “os galpões viviam sempre cheios de gente” e “sempre tinha gente sobrando” para realizar os trabalhos exigidos. Não é gratuito que, na segunda declaração, a entrevistada não lembre se havia pagamentos monetários, justamente porque as trocas se realizavam com base em uma economia moral, de modo que o que estrutura a troca de dons é a confiança, a honra e o prestígio, em uma palavra, a possibilidade de acumular capital simbólico (Bourdieu, 1980, Capítulo 7 e 8). De todo modo, o que aparece com força, a partir da segunda declaração, é que os níveis de consumo socialmente considerados como mínimos pelos *gauchinhos* aumentou, assim como suas exigências em relação às condições de trabalho. Agora, os candidatos a empregados “perguntam se lá fora tem luz” ou se “passa ônibus perto” e não parece que aceitem qualquer condição. Além disso, há a incorporação de outros bens como possíveis de serem alcançados em seus horizontes de consumo, pois, para a surpresa da estancieira, “hoje eles têm moto, tem até automóvel!”, não se trata “mais de *gauchinho* a cavalo”, declara o terceiro entrevistado.

Do mesmo modo, se outros setores da economia concorrem pela compra da força de trabalho, como o frigorífico citado na quarta declaração, as próprias trajetórias dos subordinados, quando possível, diversificam-se e procuram desvencilhar-se da dependência em relação aos grandes proprietários. Esse é o medo expressado pelo quarto entrevistado, no sentido de que o aprendizado de novas tarefas pelos empregados possa fazer com que estes constituam seus próprios negócios, como no caso dos inseminadores.

Em algum grau, parece ser essa ampliação das margens de autonomia dos subordinados que permitiu, a partir de 2009, a constituição de dois grupos autônomos de reivindicação por terra, reunindo mais de 300 demandantes do próprio município de São Gabriel. São *moradores de corredor, leiteiros* – famílias pequenas proprietá-

rias que possuem vacas no entorno da cidade e que aí vendem leite –, pequenos arrendatários e meeiros que seguiram o exemplo das reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no município, ainda que guardem distância do MST. Quer dizer, procuram diferenciar-se do MST pelo fato de serem “pessoas do município” e de não realizarem “ocupações” de propriedades, embora a forma de pressão constituída seja também a montagem de acampamento com lonas pretas em uma área cedida por um comerciante no interior do município. Esse ato de decidir ir acampar, mesmo reivindicando uma versão mais *light* quando comparado ao MST, significa afrontar os estabelecidos no espaço social e dificilmente se daria sem que outras formas de sobrevivência social pudessem ser acionadas.

É interessante perceber essa ampliação das margens de autonomia e a diversificação das estratégias de reprodução social de acordo com as trajetórias dos subordinados e o modo como elas impactam a relação com os dominantes. Nesse sentido, a trajetória do casal Maria e Pedro, 43 e 45 anos, respectivamente, moradores de um dos Rincões do município de Rosário do Sul, vizinho de São Gabriel, é exemplar. Os pais de Pedro haviam trabalhado durante toda a vida como agregados de um estancieiro. Ele próprio, quando casou, recebeu a autorização do patrão para construir a casa em uma área da estância, onde arrendava para o plantio e a criação de alguns animais. Os pais de Maria também moravam *de favor* na estância de outro estancieiro, sendo seu pai responsável por esquilar as ovelhas. Quando Pedro e Maria casaram, em 1987, ele permaneceu trabalhando nas lides campeiras da estância do patrão, além de ser responsável pelos animais do casal em sua área arrendada. À Maria coube cuidar da casa e das plantações, além de lavar roupa “para fora”, vender produtos da *alternatividade* na cidade, como ovos, galinhas, doce de leite, milho, entre outros. Ao longo do tempo, Maria desenvolveu um pequeno pomar de pêssegos, do qual passou a produzir e vender passas. Em 2004, o patrão morreu e Pedro fora indenizado com 11 hectares pelos herdeiros do estancieiro, sem deixar de trabalhar na estância. Logo em seguida, o casal comprou mais 10 hectares e arrendou outros 15, também dos filhos do patrão morto. O casal investiu e aumentou a criação de bovinos e o pomar de pêssegos, pois já

“dava um bom salário” quando colhia e vendia as frutas. Mas foi a chegada da energia elétrica, em 2009, pelo programa Luz para Todos, que modificou substancialmente as perspectivas do casal. Eles compraram uma geladeira que permitiu manter seus doces de pêssego conservados. O casal já avaliava a possibilidade de Pedro deixar de trabalhar na estância e dedicar-se somente à sua *chácara* e à venda dos doces de pêssego na cidade. A compra de outra casa na cidade e a instalação de outra geladeira permitira o transporte dos doces de pêssego, a ampliação da produção e a estocagem na cidade, antes da venda.

Por mais que se trate de apenas uma trajetória dentre outras possíveis, é provável que haja vários outros “Pedros” e “Marias”, que também constituam trajetórias ascendentes. Assim, a morfologia do espaço social não se altera somente pela presença de poderosos agentes no espaço social, como descendentes de colonos, empresas e outros capitalistas que investem na compra de terras, mas pelas próprias trajetórias dos setores mais subordinados. Apesar de não ser possível dizer em quais condições o casal fora indenizado com 11 hectares de terra, isso ocorreu, quando o patrão morreu, possivelmente devido ao medo potencial ou real de reivindicação dos direitos reconhecidos pelo Estado. Posteriormente, é o programa Luz para Todos que parece ter um efeito de potencializar suas estratégias produtivas rumo a não depender mais do emprego assalariado nas estâncias.

Existe um conjunto de mudanças no espaço social que impacta as estratégias produtivas das elites estancieiras e aparece-lhes como descenso social. É essa reclassificação social, agora descendente – quando comparado ao período do final dos anos de 1930, pois aí ocorre um reclassificação ascendente –, que está na origem de suas mobilizações coletivas e serve de argumento aos estancieiros como recurso de reivindicação em contexto de tensões para a reconversão de suas trajetórias sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que tudo indica, os processos sociais que envolvem o que se chamou de “sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil”

(Heredia, Palmeira e Leite, 2010) incluem processos de reconversão de antigas elites rurais, que correm o risco do descompasso e da inaptidão de seus *habitus* frente ao que é exigido em termos de posições sociais pelas alterações do espaço social. Trata-se de uma economia de mercado cuja concorrência é estabelecida em nível internacional, em que esse patronato muda sua maneira de realizar o raciocínio econômico ou tende a ser aniquilado pela concorrência. Tendência essa que é contrabalançada pelo potencial que o patronato rural tem de influenciar as decisões do Estado e assegurar aos *senhores da terra* uma maior parcela do produto social. Há, contudo, um processo de mudança de morfologia social do patronato rural no espaço estancieiro e, possivelmente, também no país.

A maior dificuldade enfrentada pelos *estancieiros* a partir da conjuntura iniciada com a abertura econômica ao mercado internacional diz respeito à reformulação de suas *maneiras de calcular*. Ainda que as leis trabalhistas, resultado de longas lutas e conflitos no país, limitem-se a garantir aos grandes proprietários a propriedade de seus ativos fundiários, elas colocam em xeque outras formas de geração de valor que não o estritamente monetário e obrigam a uma reformulação dos modos de pensar. Mesmo dentro da trajetória mais favorável possível aos proprietários fundiários, em que se anuncia a maneira capitalista de pensar como a única exitosa possível, essa incorporação se dá de modo lento e cheio de resistências. No caso estudado, todos os estancieiros entrevistados reconheciam que somente um dentre eles havia mudado, apesar de reconhecerem a necessidade da mudança. Ao não conseguir operar essa reconversão e internalizar os modos estritamente capitalistas de organização dos recursos produtivos, é a possibilidade da reforma agrária que volta a lhes ameaçar devido aos debates de medição dos índices de produtividade ou, pior ainda, de atualização dos índices de produtividade. É como se a ameaça soasse como um aviso: ou se tornam capitalistas nas formas de organizar os fatores produtivos ou suas terras serão destinadas a trabalhadores rurais sem-terra.

Contudo, se a ameaça de reforma agrária é a que soa mais alto, outro processo silencioso corrói lentamente o poder estancieiro, que é

o fato de que a terra passa de mão pelos mecanismos de compra e venda. A alteração da morfologia do patronato rural na região estancieira passa a ser uma realidade, em que novos agentes sociais, como os descendentes de *colonos*, transformam-se em “novos ricos”. A racionalidade da exploração da terra é completamente diferente em ambos os casos. Enquanto os colonos organizam por si próprios a produção, envolvem integrantes da família na condução dos negócios e, não raro, trabalham lado a lado com os empregados, para os estancieiros, isso é inconcebível e até mesmo os mecanismos de investimento econômico se processam de modo diferente aos da racionalidade capitalista. O estancieiro que operou uma mudança no modo de conceber tal racionalidade na forma de gestão dos ativos produtivos foi considerado como “louco” pelos demais entrevistados.

Ademais, a melhoria das condições de subsistência dos setores pior situados no espaço social indica que há uma alteração geral e significativa das posições quanto à estrutura e ao volume dos capitais entre os grupos. Mais do que isso, modificam-se as representações dos estancieiros sobre o mundo social, em que tanto os descendentes de *colonos* quanto os *gauchinhos* aparecem em suas falas com certa perplexidade pelo reconhecimento da relativa ascensão social destes setores e pela impossibilidade de reproduzir relações de dominação personalizadas.

REFERÊNCIAS

ASSIS BRASIL, D. *O Gaúcho: formação e hábitos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. *La Noblesse d'état*. Grandes écoles et esprit de corps. Paris : Les Éditions de Minuit, 1989

_____. *Le sens pratique*. Paris : Les Éditions Minuit, 1980.

BRUNO, R. A. L. A violência Patronal como prática de Classe. In: *Sociologias*. Porto Alegre, ano 05, nº 10, jul. dez. 2003, pp.284-310.

- _____. O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência da nova república. Campinas, 2002. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002a.
- _____. Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio. *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002b, pp.165-178.
- _____. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- COSTA, R. H. da. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- DA ROS, C. A. As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002). Rio de Janeiro, 2006. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ.
- _____. O Movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, nº.22, pp.232-278, 2009.
- _____. *Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. 2º Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GARCIA Jr., A. *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MTC-CNPq, 1989.
- GRIJÓ, L. A. Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”. 1998. *Dissertação* (Mestrado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- HEINZ, F. M. Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária, 1985-

1988. 1991. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- _____. Les fazendeiros a l'heure syndicale: representation professionnelle, interets agraires et politique au Brésil, 1954-1967. 1996. Thèse (Doctorat d'Histoire) Université de Paris X, Nanterre.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25, n.º 74, pp.159-196, 2010.
- KLIEMANN, L. H. S.. *RS: Terra e Poder – História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KULA, W. *Teoria econômica do sistema feudal*. Lisboa: Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- MAUSS, M. *Essai sur le don*. Paris : PUF, 2007.
- PICCIN, M. B. Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- PICOLOTTO, E. L. As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, RJ.
- RAMOS, M. P. *O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 1995.
- SORIO JÚNIOR, H. *A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- STOLCKE, V. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VIANA, João Garibaldi Almeida et al. Evolução dos preços históricos da Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível do produtor e consumidor. In: *Ciência Agrotecnologia*, Lavras, Vol. 33, n.º 4, 2009, pp.1109-1117.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: UnB / São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.

ZALIO, P.-P. Territoires et activités économiques: une approche par la sociologie des entrepreneurs. *Genèses*, nº 56, pp.04-27, 2004/3

Entrevistas citadas

Paulo e Márcia. Entrevista concedida em 10/05/2011.

Moacir e Amália. Entrevista concedida em 31/05/2011.

Vanderlei. Entrevista concedida em 12/06/2011.

Alex. Entrevista concedida em 04/08/2011.

Atílio. Entrevista concedida em 09/08/2011.

Rogério. Entrevista concedida em 02/09/2011.

Jeferson. Entrevista concedida em 10/09/2011

Paula. Entrevista concedida em 12/09/2011.

Sérgio. Entrevista concedida em 17/09/2011.

Vinícius. Entrevista concedida em 21/09/2011.

Valmor. Entrevista concedida em 08/10/2011.

Recebido: 25/05/2014.

Aprovado:16/06/2014.